

## **LEI N.º 4.881 – de 26 de dezembro de 2017.**

**Dispõe sobre o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC/UR; a Diretoria do PROCON/UR; o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – COMDECON/UR, e o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FUMDECON/UR, e dá outras providências.**

### **O PREFEITO MUNICIPAL DE URUGUAIANA:**

**Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 96, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Uruguaiana aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:**

#### **CAPÍTULO I DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

**Art. 1º** Fica organizado, nos termos da Lei, o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC/UR, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 e Decreto Federal n.º 2.181, de 20 de março de 1997.

**Art. 2º** Integram o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC/UR:

I - a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SEMUDE, por intermédio da Diretoria do PROCON/UR Uruguaiana;

II - o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – COMDECON/UR;

III - o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FUMDECON/UR;

IV - os demais órgãos municipais, públicos e privados, que atuam na defesa e representação dos consumidores.

#### **CAPÍTULO II DA DIRETORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR PROCON**

##### **Seção I Das Atribuições**

**Art. 3º** A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SEMUDE, por intermédio da Diretoria do PROCON/UR Uruguaiana, é o organismo de coordenação política do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC, competindo-lhe:

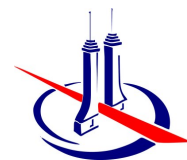
I - planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política municipal de proteção ao consumidor;

II - receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, reclamações e sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;

III - orientar permanentemente os consumidores e fornecedores sobre seus direitos, deveres e prerrogativas;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO**



IV - encaminhar ao Ministério Público a notícia de fatos tipificados como crimes contra as relações de consumo e as violações a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos;

V - incentivar e apoiar a criação e organização de associações civis de defesa do consumidor e apoiar as já existentes, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais;

VI - promover medidas e projetos contínuos de educação para o consumo, podendo utilizar os diferentes meios de comunicação e solicitar o concurso de outros órgãos da Administração Pública e da sociedade civil;

VII - colocar à disposição dos consumidores mecanismos que possibilitem informar os menores preços dos produtos básicos;

VIII - manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o publicamente, no mínimo, anualmente nos termos do artigo 44 da Lei n.º 8.078/90 e dos artigos 57 a 62 do Decreto n.º 2.181/97, remetendo cópia ao PROCON Estadual, preferencialmente por meio eletrônico;

IX - expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelos consumidores e comparecer às audiências de conciliação designadas, nos termos do § 4º, artigo 55, da Lei n.º 8.078/90;

X - instaurar, instruir e concluir processos administrativos para apurar infrações à Lei 8.078/90, podendo mediar conflitos de consumo, designando audiências de conciliação;

XI - fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor - Lei n.º 8.078/90, regulamentado pelo Decreto n.º 2.181/97;

XII - solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnica para a consecução dos seus objetivos;

XIII - encaminhar à Defensoria Pública do Estado os consumidores que necessitem de assistência jurídica;

XIV - propor a celebração de convênios ou consórcios públicos com outros Municípios para a defesa do consumidor.

**Seção II  
Da Estrutura**

**Art. 4º** A Estrutura Organizacional do PROCON/UR municipal será a seguinte:

- I - Diretoria do PROCON Uruguaiana;
- II - Serviço de Atendimento ao Consumidor;
- III - Serviço de Educação ao Consumidor, Estudos e Pesquisas;
- IV - Serviço de Fiscalização;
- V - Serviço de Análise Técnica Processual Administrativa.

**Art. 5º** A Diretoria será dirigida por um Diretor, e os serviços serão executados por funcionários do quadro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SEMUDE, podendo ser auxiliados por estagiários.

**Art. 6º** O Diretor do PROCON/UR será nomeado por ato do Prefeito Municipal, sendo obrigatoriamente advogado, com registro ativo perante a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

**Art. 7º** O Poder Executivo Municipal colocará à disposição do PROCON/UR os recursos humanos necessários para o funcionamento do órgão, promovendo os remanejamentos necessários.



**Art. 8º** O Poder Executivo municipal disporá os bens materiais e recursos financeiros para o perfeito funcionamento do órgão, promovendo os remanejamentos necessários.

### **CAPITULO III DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR COMDECON**

**Art. 9º** Fica instituído o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – COMDECON/UR, com as seguintes atribuições:

I - atuar na formulação de estratégias e diretrizes para a política municipal de defesa do consumidor;

II - administrar e gerir financeira e economicamente os valores e recursos depositados no Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FUMDECON/UR, bem como deliberar sobre a forma de aplicação e destinação dos recursos na reconstituição dos bens lesados e na prevenção de danos, zelando pela aplicação dos recursos na consecução dos objetivos previstos nesta Lei, bem como nas Leis n.ºs 7.347/85 e 8.078/90 e Decreto n.º 2.181/199;

III - prestar e solicitar a cooperação e a parceria de outros órgãos públicos;

IV - elaborar, revisar e atualizar as normas referidas no § 1º, do artigo 55 da Lei n.º 8.078/90;

V - aprovar, firmar e fiscalizar o cumprimento de convênios e contratos como representante do Município de Uruguaiana/RS, objetivando atender ao disposto no inciso II deste artigo;

VI - examinar e aprovar projetos de caráter científico e de pesquisa visando ao estudo, proteção e defesa do consumidor;

VII - aprovar e publicar a prestação de contas anual do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FUMDECON/UR, dentro de 60 (sessenta) dias do início do ano subsequente;

VIII - elaborar seu Regimento Interno.

**Art. 10.** O COMDECON/RS será composto por representantes do Poder Público e entidades representativas de fornecedores e consumidores, assim discriminados:

I - o diretor do PROCON/RS Uruguaiana, membro nato;

II - 1 (um) representante da Secretaria de Educação;

III - 1 (um) representante da Secretaria de Saúde (Vigilância Sanitária);

IV - 1 (um) representante da Secretaria de Fazenda;

V - 1 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico;

VI - 1 (um) representante das Concessionárias de Serviços Públicos, no âmbito do Município;

VII - 2 (dois) representantes de associações que atendam aos requisitos do inciso IV, do artigo 82, da Lei n.º 8.078/90;

VIII - 1 (um) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Uruguaiana/RS;

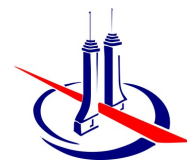
IX - 1 (um) representante da OAB.

§ 1º O COMDECON/UR elegerá o seu presidente dentre os representantes de órgãos públicos, por maioria simples de votos.

§ 2º Deverão ser asseguradas a participação e manifestação dos representantes do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública Estadual nas reuniões do COMDECON/UR.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO**



§ 3º As indicações para nomeações ou substituições de conselheiros serão feitas pelas entidades ou órgãos na forma de seus estatutos.

§ 4º Para cada membro será indicado um suplente que substituirá, com direito a voto, nas ausências ou impedimento do titular.

§ 5º Perderá a condição de membro do COMDECON/UR e deverá ser substituído o representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, no período de 1 (um) ano.

§ 6º Os órgãos e entidades relacionados neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo o disposto no § 2º deste artigo.

§ 7º As funções dos membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante serviço à promoção e preservação da ordem econômica e social local.

§ 8º Os membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor e seus suplentes, à exceção do membro nato, terão mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 9º Fica facultada a indicação de entidade civil de direitos humanos ou de direitos sociais nos casos de inexistência de associação de consumidores, prevista no inciso VIII deste artigo.

**Art. 11.** O Conselho reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por mês e extraordinariamente sempre que convocados pelo Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

Parágrafo único. As sessões plenárias do Conselho instalar-se-ão com a maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos presentes.

**CAPITULO IV  
DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR  
FUMDECON/UR**

**Art. 12.** Fica instituído o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FUMDECON/UR, de que trata o artigo 57, da Lei n.º 8.078/1990, regulamentada pelo Decreto n.º 2.181/1997, com o objetivo de receber recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de proteção e defesa dos direitos dos consumidores.

Parágrafo único. O FUMDECON/UR será gerido pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – COMDECON/UR, nos termos do inciso II, do artigo 9º, desta Lei.

**Art. 13.** Constituem-se recursos do Fundo:

I - o produto da arrecadação de condenações judiciais de que tratam os artigos 11 e 13 da Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985;

II - dos valores destinados ao Município em virtude da aplicação da multa prevista no artigo 56, inciso I, e no artigo 57 e seu parágrafo único, da Lei n.º 8.078/90, assim como daquela cominada por descumprimento de obrigação contraída em termo de ajustamento de conduta;

III - as transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas ou privadas;

IV - os rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO**



- V - as doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras;
- VI - outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo; e
- VII - saldos de exercícios anteriores.

**Art. 14.** As receitas descritas no artigo anterior serão depositadas obrigatoriamente em conta especial, a ser aberta e mantida em estabelecimento oficial de crédito, à disposição do COMDECON/UR.

§ 1º As empresas infradoras comunicarão, no prazo de 10 (dez) dias, ao COMDECON/UR os depósitos realizados a crédito do Fundo, com especificação da origem.

§ 2º Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do Fundo em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º O saldo credor do Fundo, apurado em balanço no término de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a seu crédito.

§ 4º O Presidente do COMDECON/UR é obrigado a publicar mensalmente os demonstrativos de receitas e despesas gravadas nos recursos do Fundo, repassando cópias aos demais conselheiros, na primeira reunião subsequente.

**Art. 15.** O FUMDECON/UR terá o objetivo de prevenir e reparar os danos causados à coletividade de consumidores no âmbito do município de Uruguaiana.

§ 1º Os recursos do Fundo ao qual se refere este artigo, serão aplicados:

I - na promoção de atividades e eventos educativos, culturais e científicos e na edição de material informativo relacionado à educação, proteção e defesa do consumidor;

II - no custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos necessários à instrução de inquérito civil ou procedimento investigatório preliminar instaurado para a apuração de fato ofensivo ao interesse difuso ou coletivo;

III - na modernização administrativa do PROCON/UR;

IV - no financiamento de projetos relacionados com os objetivos da Política Nacional das Relações de Consumo (artigo 30, do Decreto Federal n.º 2.181/90);

V - no custeio de pesquisas e estudos sobre o mercado de consumo municipal elaborado por profissional de notória especialização ou por instituições sem fins lucrativos incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional;

VI - no custeio da participação de representantes do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC/UR em reuniões, encontros e congressos relacionados à proteção e defesa do consumidor, e ainda investimentos em materiais educativos e de orientação ao consumidor;

VII - na aquisição de bens necessários para o exercício da função de atendimento e fiscalização do PROCON/UR;

VIII - nos demais casos, autorizados em reunião e previstos em ata pelo Conselho Gestor.

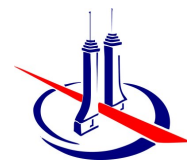
§ 2º Na hipótese do inciso II, deste artigo, deverá o COMDECON/UR considerar a existência de fontes alternativas para custeio da perícia, a sua relevância, a sua urgência e as evidências de sua necessidade.

**CAPITULO V  
DA MACRO-REGIÃO**

**Art. 16.** O Poder Executivo Municipal poderá contratar consórcios públicos ou convênios de cooperação com outros municípios, visando a estabelecer mecanismos de gestão



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO**



associada e atuação em conjunto para a implementação de macro-regiões de proteção e defesa do consumidor, nos termos da Lei Federal n.º 11.107, de 6 de abril de 2005.

**Art. 17.** O protocolo de intenções que anteceder à contratação de consórcios públicos de defesa do consumidor definirá o local de sua sede, que poderá ser estabelecida em quaisquer dos municípios consorciados, bem como a sua denominação obrigatória de PROCON REGIONAL, com competência para atuar em toda a extensão territorial dos entes consorciados.

**CAPÍTULO VI  
DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 18.** A Prefeitura Municipal prestará apoio administrativo e fornecerá os recursos humanos e materiais ao COMDECON/UR e ao FUMDECON/UR, que serão administrados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

**Art. 19.** No desempenho de suas funções, os órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor poderão manter convênios de cooperação técnica entre si e com outros órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, no âmbito de suas respectivas competências e observado o disposto no artigo 105, da Lei n.º 8.078/90.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor integra o Sistema Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo estabelecer convênios para o desenvolvimento de ações e programas de defesa do consumidor com o órgão e coordenador estadual.

**Art. 20.** Consideram-se colaboradores do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor as universidades públicas ou privadas, que desenvolvam estudos e pesquisas relacionadas ao mercado de consumo.

Parágrafo único. Entidades, autoridades, cientistas e técnicos poderão ser convidados a colaborar em estudos ou participar de comissões instituídas pelos órgãos de proteção ao consumidor.

**Art. 21.** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Município.

**Art. 22.** O Poder Executivo Municipal aprovará, por ato próprio, o Regimento Interno do PROCON/UR, no prazo de até 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei.

**Art. 23.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 24.** Fica revogada a Lei Municipal n.º 3.205, de 29 de agosto de 2002.

**Gabinete do Prefeito, em 26 de dezembro de 2017.**

***Ronnie Peterson Colpo Mello,***  
Prefeito Municipal.

**Ricardo Peixoto San Pedro,**  
Secretário Municipal de Administração.